



Opinião Econômica

Solange Srour

Diretora de macroeconomia para o Brasil
no UBS Global Wealth Management

banrisul

O Brasil está com fadiga fiscal?

O risco é quando a reação fiscal deixa de acompanhar o endividamento

Qual é o espaço fiscal que o Brasil tem para lidar com o choque de preços de energia e de materiais críticos provocados pela guerra atual?

Esse debate costuma passar pela sustentabilidade da dívida pública, normalmente avaliada a partir de indicadores contemporâneos, como o nível de endividamento e o diferencial entre juros e crescimento. No entanto, o limite fiscal depende, na verdade, da capacidade de resposta da política fiscal ao aumento da dívida. Um país pode sofrer de fadiga fiscal quando começa a encontrar dificuldades para gerar os superávits primários requeridos para estabilização.

A evidência empírica mostra

que, em níveis moderados de dívida, governos tendem a reagir à alta do endividamento elevando o superávit primário. Essa resposta é essencial para conter a trajetória da dívida e constitui a base do que tradicionalmente se entende por sustentabilidade fiscal. O problema é que essa reação não é linear. Ou seja, conforme a dívida cresce, o superávit necessário para conter a trajetória da dívida torna-se cada vez maior, enquanto a disposição política para produzi-lo tende a diminuir.

Nesse ponto, a reação fiscal pode deixar de acompanhar o crescimento do endividamento - e é aí que surge o verdadeiro limite do espaço fiscal.

Essa dinâmica altera a forma como o risco fiscal deve ser interpretado. Não é o nível atual da dívida que define o risco, mas a distância até o ponto em que ela deixa de ser estabilizável. A abordagem desloca o foco do estoque de dívida para o comportamento esperado da política fiscal ao longo do tempo.

Dito de outro modo, uma dívida pode parecer administrável hoje e, ainda assim, tornar-se rapidamente instável caso o esforço exigido ultrapasse a capacidade de gerar superávits. O espaço fiscal, portanto, não é medida estática, mas dinâmica, e depende da força e da persistência da resposta fiscal diante de choques sucessivos.

Tal leitura traz implicações para o debate sobre a dívida pública brasileira. Ela é elevada, próxima de 80% do PIB, mas, por não ser tão alta quanto a de alguns países desenvolvidos, pode criar falsas ilusões. Uma é que ainda haveria espaço para ampliar subsídios ou políticas de transferência de renda capazes de amortecer o aumento do custo de vida que se aproxima.

Essa perspectiva, porém, ignora um elemento central. Quando observamos o debate atual sobre o ajuste fiscal necessário - hoje estimado em 4% do PIB -, fica evidente a ausência de disposição política para realizá-lo. No máximo, discute-se a possibilidade de um ajuste menor e gradual, estratégia que a literatura econômica associa a maiores riscos de fracasso.

Avaliar corretamente o espaço fiscal significa entender o tamanho da dívida e a capacidade efetiva de

estabilizá-la quando necessário, reconhecendo que essa capacidade tende a se reduzir à medida que o endividamento cresce. Um país em fadiga fiscal dificilmente tem espaço para lidar com adversidades - nesse caso, um choque de oferta causado por uma guerra. Esse é o custo de operar com uma dívida tão alta e demonstrar pouca disposição para ajustá-la.

Criar exceções às regras fiscais ou empurrar despesas para fora do limite não resolve o problema. Para o investidor, o que importa é a percepção de que a capacidade de gerar superávits suficientes se deteriora. Quando isso acontece, os juros tendem a ser mais altos, cumprindo-se ou não as regras de imprevisibilidade do arcabouço. Em um país já próximo da fadiga fiscal, ampliar incertezas é um luxo que não podemos - e nem deveríamos - nos dar.

Crédito ágil para o seu negócio.

Banrisul Giro Digital

é a linha de crédito ideal para necessidades de caixa, investimentos e melhorias no seu negócio.

Acesse e
saiba mais >



banrisul
empresas

Ceasa prepara concessão para modernizar e expandir estrutura

/ ABASTECIMENTO

Marina Mugnol
marinam@jcrs.com.br

Focada em ampliar a geração de receita diante das novas demandas do mercado e das transformações da sociedade, a Ceasa/RS está avançando na conclusão de um projeto estratégico de modernização e expansão de seu complexo, em Porto Alegre. Com investimento estimado em R\$ 65 milhões, a proposta é transformar o espaço, localizado no bairro Anchieta, seguindo modelos já existentes em outras partes do mundo.

A fase de consultoria voltada à prospecção de oportunidades já concluiu sua primeira etapa, com projetos estruturados e prontos para o lançamento de licitações ainda em 2026. Segundo o presidente da Ceasa, Carlos Siegle, desde janeiro uma consultoria especializada vem realizando estudos de mercado, análises de centrais internacionais e levantamentos junto aos usuários do complexo.

A partir disso, a iniciativa foi organizada em dois eixos princi-

pais, o "Território 1" e o "Território 2", que orientam a expansão do complexo de forma estruturada. Os processos de concessão ocorrerão por meio de concorrência pública, considerando como critério a maior oferta, com prazo estimado de até 25 anos para uso dos espaços.

O primeiro eixo, que já conta com licença de operação aprovada pela prefeitura da Capital e edital previsto para o primeiro semestre, prevê a implantação de um polo de serviços em frente à Central de Abastecimento. O projeto inclui um posto de combustíveis integrado a uma estrutura completa de apoio, com área para pernoite de caminhoneiros, farmácia, restaurante, oficina mecânica e borracharia.

Já o segundo eixo está previsto para uma etapa posterior, com lançamento de edital até o final de 2026. A proposta tem como âncora o setor de floricultura, associado a diversos serviços gastronômicos, formando um centro comercial multifuncional. O espaço deverá reunir restaurantes, lojas de artigos da cultura gaúcha, hortifrúti e produtos coloniais, como queijos,

salames, compotas e doces. "Pensando no varejo, a ideia é atrair novos públicos e oferecer uma experiência diferenciada, ampliando o perfil de clientes da Ceasa", destaca o dirigente.

Siegle ressalta que as obras não devem impactar a operação normal da Ceasa. "Como estão projetadas para áreas ainda não ocupadas, na parte frontal do complexo, não esperamos impactos

significativos nas atividades do mercado", afirma.

Para além da modernização, a ideia também é revitalizar as áreas mais afetadas pela enchente de 2024. Entre as prioridades, explica o presidente, estão melhorias no asfalto, banheiros, rede hidrossanitária e recuperação de prédios. A expectativa é que o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) libere R\$ 15 milhões para a recuperação da

rede de esgoto e drenagem pluvial.

Uma das frentes do Território 2 também está voltada à atração de turistas.

"Estamos a cerca de 500 metros do aeroporto, em uma localização estratégica. A ideia é criar um espaço capaz de integrar roteiros turísticos sendo um ponto de parada para visitantes, tanto na chegada quanto na saída do Estado" complementa Siegle.



Com aporte de R\$ 65 milhões e 25 anos de uso do espaço, proposta inclui polo de serviços em frente ao local